

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-graduação em Sociologia**  
**Disciplina: Sociologia do Espaço Público**  
**Profa. Dra. Fraya Frehse**

### **Seminário 6**

**Priscilla Brossi Gutierre**

(número USP: 6251151)

São Paulo, 23 de abril de 2024

*Lefebvre, Henri ([1968] 2001). O Direito à Cidade ["Advertência"; "Industrialização e Urbanização: Noções preliminares"; "O Direito à Cidade"] Tradução R. E. Frias, São Paulo: Centauro, pp. 9-33, 105-118*

#### **Breve biografia do autor**

Henri Lefebvre (1901 - 1991) foi um filósofo e sociólogo francês. Intelectual de orientação marxista que se destacou por discutir a vida urbana, espaço social, a vida cotidiana e as problemáticas da cidade. Estudou Filosofia na Universidade de Paris, foi pesquisador do CNRS e professor de sociologia. Autor de mais 60 livros, alguns deles ainda não publicados no Brasil. A partir de 1968, sua investigação centrou-se na sociologia urbana com obras como *O Direito à Cidade* (1968), *A vida cotidiana no mundo moderno* (1968), *Do rural ao urbano* (1970) e *O pensamento marxista e a cidade* (1972).

#### **Contexto**

O livro *O Direito à Cidade* (*Le Droite à la Ville*) foi originalmente publicado em 1968, em meio às efervescências de debates e protestos que tomaram as ruas da capital francesa

e que ficaram conhecidos como movimentos de *Maio de 68*. A obra é considerada um marco nas discussões sobre cidade e espaço urbano. Foi publicada no Brasil em 2001, com edições e reimpressões posteriores.

Em *O Direito à Cidade*, Lefebvre teria sido o primeiro estudioso a mostrar ao marxismo o caminho de volta à cidade<sup>1</sup>, chamando a atenção para a vida cotidiana, que estaria se transformando no instrumento de bloqueio das possibilidades de transformação para uma sociedade nova e justa”<sup>2</sup>.

## **Conteúdo do texto**

Este seminário se ocupa de três textos do livro *O Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre. “Advertência”, logo na abertura, “Industrialização e Urbanização: Noções preliminares”, o primeiro capítulo, e “O Direito à Cidade”, décimo segundo capítulo.

O autor começa o livro nos advertindo que novas formas de ver a cidade, suas problemáticas, sua práxis se fazem necessárias. “(...) todo sistema tende a aprisionar a reflexão, a fechar os horizontes. Este livro deseja romper os sistemas, não para substituí-los por um outro sistema, mas para abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos”. (p. 9)

O primeiro capítulo se ocupa de promover uma análise sobre os impactos da industrialização na urbanização, sendo este o motor da transformação da cidade. “Para apresentar e expor a 'problemática urbana', impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade” (p.11)

O autor nos lembra, entretanto, que a cidade preexiste à industrialização, argumentando que a cidade é uma obra. “(...) esta característica contrasta com a orientação irreversível

---

<sup>1</sup> TAVOLARI, Bianca: *Direito à cidade: uma trajetória conceitual*; artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/>

<sup>2</sup> Entrevista com José de Souza Martins. *Sociologia e militância* - Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5vkMBwYgQkB6PGpHDjMrjsm/?lang=pt>

na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos* (...) a obra é valor de uso e o produto é valor de troca”. (p. 12)

A cidade conhecida da Antiguidade foi modificando as estruturas, ganhando complexidade e os conflitos têm a cidade como arena. “(...) No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer”. (p. 13)

A industrialização está atrelada à urbanização, crescimento atrelado à desenvolvimento e a produção econômica impactando a vida social. Os aspectos são inseparáveis mas resultam em um processo conflitante. O autor salienta ainda que relação “urbanidade-ruralidade” não desaparece, pelo contrário, se intensifica.

O impacto das transformações no espaço urbano levaria, portanto à uma crise da cidade, tanto em termos teóricos como práticos. “(...) o núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando, e no entanto consegue se manter; transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece”. (p. 21). No entanto, a destruição prática e teórica (ideológica) da cidade “não pode ser feita sem deixar um vazio enorme”. (p. 28)

No capítulo “O Direito à Cidade”, Lefebvre defende uma ciência da cidade, ou seja, que a cidade seja tomada como objeto de estudos e análise. A cidade antes conhecida ganharia ares de documento histórico, não seria mais apreendida praticamente. Uma nova proposta de urbanismo ou prática do habitar deveria emergir.

Para além das atividades de natureza econômica, comercial ou cultural, esse novo conceito de cidade deveria guiar-se pela premissa das necessidades antropológicas socialmente elaboradas. “[...] atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (p. 105). O autor aponta conceitos e formula propostas sobre uma cidade amparada em outras premissas e na qual a classe operária - “única capaz de por fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela” (p. 113) - tenha papel fundamental e transformador.

A nova ideia de cidade se configuraria em uma outra lógica do habitar, do socializar, de estar no espaço público. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples

direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. (p. 117-118)

## **Tema**

Os impactos do capitalismo industrial nas formas como as cidades se estruturam; conceitos e práticas sobre o habitar o espaço urbano; a necessidade de se reconfigurar a cidade e de reivindicar o direito a ela.

## **Problema abordado**

A vida urbana, o espaço social, a cidade transformada pelo desenvolvimento. Mas não só. Afinal, a cidade já existia antes do processo da industrialização, já tinha estruturas e dinâmicas que foram se modificando e configurando novas realidades. Urge, portanto, uma nova forma de pensar a cidade para que ela possa corresponder às necessidades de quem nela habita, nessa complexa configuração social, política e econômica. É preciso uma utopia capaz de enfrentar as desigualdades e as opressões. Para isso, o autor se debruça na análise de conflitos e clama por uma nova forma de pensamento sobre a cidade.

## **Principais teses**

Lefebvre argumenta que as reflexões urbanísticas saíram dos círculos dos técnicos e passaram para o domínio público. “(...) o urbanismo torna-se ideologia e prática. E, no entanto, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (na ideologia) e na prática (...)” (p. 9)

A "problemática urbana" tem um ponto de partida: o processo de industrialização. "Sem possibilidade de contestação, esse processo é há um século e meio o motor das transformações na sociedade" (p.11). Mas tal problemática tem como pano de fundo

modelos urbanos anteriores à industrialização, que se revelaram em toda sua complexidade, ainda que em outra dinâmica.

Na sociedade urbana que foi se configurando a partir da industrialização, do crescimento descontrolado da produção econômica, a vida social foi se modificando com surgimento de novos atores sociais e de novas relações que deles derivam. A “opressão” cede espaço para “exploração”. “(...) A cidade historicamente formada não vive mais, não é apreendida praticamente. Não é mais que um objeto de consumo cultural para turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco”. (p. 106)

Daí a proposta que uma nova vida urbana deveria surgir, ser reivindicada, formulada e criada. “(...) Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o ‘urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível”. (p. 118)

### **Objeto empírico**

A cidade como um espaço social de interações e disputas sociais, políticas e econômicas. O espaço urbano como uma teia mediadora de relações sociais.

### **Orientações teóricas**

O autor abre "Advertência" com citações atribuídas a Friedrich Nietzsche ("*É necessário calar sobre as grandes coisas ou falar delas com grandeza, isto é, com cinismo e com inocência...; "Eu reivindicaria como sendo propriedade e produto do homem toda a beleza, toda a nobreza que atribuímos às coisas reais ou imaginárias...")*).

Mais adiante, em “O Direito à Cidade”, volta a citar Nietzsche. "Ele anunciava o Super-humano, que ele acreditava se tornar. Superava o niilismo que ele mesmo diagnosticava. Os autores que vendem tesouros teóricos e poéticos com um século de atraso nos jogam de novo niilismo. Depois de Nietzsche, os perigos do Super-humano apareceram

com uma cruel evidência. Por outro lado, o 'homem novo' que vemos nascer da produção industrial e da racionalidade planificadora como tal nos desapontou em muito. Ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa obra e não produto". (p. 107)

Em linhas gerais, Lefebvre não faz registros expressos a autores nos textos analisados. Mas trabalha com conceitos como "valor de uso" e "valor de troca", sobre conflito de classes e disputas do espaço público.

### **Estrutura argumentativa**

Ainda que sejam apenas três partes da totalidade da obra, os textos analisados apresentam as questões centrais do livro, constituindo-se de um tríade argumentativa crescente, do contexto à proposta teórica.

Lefebvre discute a dinâmica histórico-econômico-social das transformações ocorridas na vida em sociedade, no espaço urbano e na concepção de cidade para então apresentar - sem antes advertir sobre a necessidade de mudanças - sua tese sobre "o direito à cidade", clamando por uma nova forma de pensar, agir e atuar o espaço urbano. As relações sociais passariam a acontecer através do espaço público.

Segundo o autor, a tal "ciência da cidade" exigiria um período histórico para se constituir e para orientar a prática social. Mas ela não seria suficiente. É preciso uma utopia.

### **Resultados interpretativos**

Destaca-se aqui a ideia de que é preciso uma nova práxis, uma nova forma de ver a cidade para lidar com a dinâmica da sociedade urbana moderna e a complexa teia de relações que nela se estabelece.

Ao proclamar o fim da cidade, tal como era conhecida, Lefebvre clama por um novo humanismo, uma nova práxis. Novas concepções intelectuais. De estratégias de reforma urbana com a participação fundamental da classe operária.

### **Questões para discussão**

*Como o espaço público é definido no texto?*

Um espaço de disputas sociais e ideológicas; de reivindicação ao pertencimento e à coletividade.

*Qual o objeto empírico tematizado por referência com espaço público?*

A cidade como mediadora das relações sociais.